

DA ARGENTINA PARA O BRASIL: A IMIGRAÇÃO ORGANIZADA DOS JUDEUS

Carlos Alberto Póvoa¹

Introdução

A imigração sistematicamente e organizada dos judeus inicia-se a partir do final do século XIX e início do século XX para a América do Sul, especificamente para os países da Argentina e do Brasil, apresentando similitudes no que tange a ocupação do espaço, pois ambas tiveram raízes na colonização agrícola.

Com a aquisição de terras nesses países, foram planejadas e constituídas pela *Jewish Colonization Association* (J.C.A), várias colônias agrícolas com total capacidade de trabalho e com alta produtividade, assim como estabelecidas e implantadas infra-estruturas para abrigarem os judeus e suas famílias oriundos das mais diversas partes do continente europeu, deste modo fugiam das mazelas econômicas que assolava a comunidade, das perseguições anti-semitas na Europa Centro-Oriental e das Grandes Guerras Mundiais. Sabendo-se que na Segunda Guerra foram alvo de intensa perseguição.

1- A Imigração organizada para a Argentina

Após a independência da Argentina em 9 de julho de 1813, o país passou a ser um foco de imigração judaica na América Latina, em razão do fim do Tribunal de Inquisição em seu território. De fato a presença israelita, presença aberta e declarada remonta aqueles mesmos anos que com o passar do tempo formam um núcleo populacional considerável a ponto de se organizar já em 1862 uma Congregação Israelita de Buenos Aires com judeus alemães, franceses, ingleses e sefaraditas.

Para PÓVOA (2001), porém, o grande surto imigratório, essencialmente proveniente da Europa Oriental começaria verdadeiramente nos anos 80 do século passado. Na verdade, o processo imigratório judaico, que no plano universal da história dos judeus foi considerado o maior, levou a um deslocamento de milhões de seres humanos que dirigiram à Europa ocidental, à América do Norte e aos países latino-americanos, especialmente à Argentina. A razão desse processo imigratório era a situação e as condições dos judeus vivendo a assim chamada Zona Czarista, caracterizada por uma grande concentração populacional sem meios de subsistência. O judaísmo dos países da Europa Ocidental

¹ Doutorando em Geografia Humana – FFLCH – USP – Brasil / povoaa@usp.br,
Orientadora Profa. Dra. Rosa Ester Rossini; Professora Doutora Titular do Departamento de Geografia- USP

sabedores do que se passava com seus irmãos nos territórios da Rússia monárquica mobilizavam-se para encontrar as soluções que as circunstâncias ofereciam considerando-se imigração a países de população escassa e que demandavam uma mão de obra colonizadora como o melhor caminho para a salvação daquela massa humana que vivia na mais extrema miséria.

Segundo FALBEL (1984), quanto à Argentina, a partir de 1881, demonstra interesse aberto em receber imigrantes e o seu executivo designa em agosto daquele ano um agente na Europa com essa finalidade, estabelecer contato com pessoas importantes do governo Russo, para tratar de introduzir a essa população a trasladar-se para a Argentina sob a proteção das leis desse país.

Para LESSER (1995), os incidentes antijudaicos de 1881 na Rússia estimularam essa atuação dos agentes de imigração, que também receberam um apoio de personalidades e instituições entre as quais se encontrava a *Alliance Israelite Universelle* - AIU, fundada em 1860 com a finalidade de incrementar a emancipação e o progresso dos israelitas e prestar ajuda aos necessitados devido às perseguições anti-semitas onde quer que seja.

A Já em 1881 e 1882 a AIU teve um papel importante em orientar a imigração judaica saída da Rússia “pogromista” aos Estados Unidos ao mesmo tempo em que se ensaiava a formação de núcleos imigratórios à Argentina, o que de fato veio a ocorrer em 1884. Poucos anos após, em 1889, chegavam à província de Santa Fé cerca de oito famílias que se estabeleceram em um lugar denominado “Monigores Vieja” para mais tarde se estabelecerem como colonos na famosa colônia de Moisés Ville, fundada pela *Jewish Colonization Association* – J.C.A.

O verdadeiro início da colonização da colonização na Argentina se dá efetivamente em Moisés Ville com parte do grupo de famílias, cerca de 110 que saíram da Podólia e após muitas aventuras e desaventuras conseguiram chegar àquele país para se dedicarem ao trabalho agrícola.

Os autores FALBEL (1984) e LESSER (1995), entenderam que o passo mais significativo para incrementar a colonização de judeus na Argentina foi à criação da J.C.A, em 24 de agosto de 1891, na cidade de Londres, como uma sociedade, anônima de caráter filantrópico e com um capital inicial de dois milhões de libras esterlinas, doadas em quase sua totalidade pelo Barão Hirsch. Estes últimos, comovidos pela situação em que encontravam os judeus em vários países europeus e asiáticos, assumiu boa parte da iniciativa da criação de uma entidade que pudesse encaminhar os seus irmãos de fé ao trabalho da terra. De outro, em fins de 1889, o professor Guilherme Loewenthal, submeteu ao Barão Hirsch um projeto de colonização judaica na Argentina, onde via a possibilidade de

organizar anualmente uma imigração de 5.000 pessoas provenientes da Rússia, considerando ainda que essa colonização não deveria possuir apenas caráter filantrópico mas permitir que os colonos lutassem pela sua independência econômica e chegassem a ela pelo árduo trabalho do campo.

Para FALBEL (1984), entre os antigos da J.C.A. consta que ela visa “facilitar a imigração dos israelitas dos países da Europa e Ásia, onde são oprimidos por leis restritivas e estão privados de direitos políticos, a outras regiões do mundo onde possam gozar destes e demais direitos inerentes ao homem”.

Estabelecer para tanto colônias em diversos territórios da América do Norte e do Sul, bem como em outros países. Promover e sustentar estabelecimentos de educação, adiestramento e fomento que permitem melhorar as condições materiais e morais dos judeus pobres e necessitados.

O governo russo, da época autorizou o funcionamento de um *Comitê Central da J.C.A.*, em São Petersburgo, bem como filiais nas províncias. De outro lado o governo argentino, em 1900, reconheceu a J.C.A como uma “Associação Civil como fins filantrópicos”. A fim de se evitar uma saída desordenada de grandes massas e sem o devido preparo para encaminhá-las a trabalhos produtivos, fez o Barão Hirsch publicar e difundir uma circular pedindo que os interessados em emigrar se inscrevessem nos devidos comitês estabelecidos para tanto, advertindo ao mesmo tempo em que não poderia arcar com a responsabilidade sobre aqueles se aventurassem emigrar conta própria.

O projeto de colonização do Dr. Guilherme Loewenthal foi bem aceito pelo Barão Hirsch, que na ocasião resolveu enviar uma comissão de inquérito sob a chefia daquele. A comissão ao chegar em fins de 1890 em Moisés Ville lá encontrou 68 famílias que ocupavam 4,350 hectares de terra. Foi organizada uma Sociedade denominada de “*Sociedad Cooperativas de Agricultores em Moises ville*” substituindo assim na primeira entidade que usava o nome “cooperativa” que iria caracterizar a colonização agrária judaica na Argentina. Os membros da sociedade constituída eram locais e ao mesmo tempo receberam o primeiro apoio financeiro, do Barão Hirsch. Em um relatório escrito pela comissão sobre a situação da colônia consta que “os judeus russos são inteligentes e com seu entendimento eles aprendem em pouco tempo e procuram ser auto-suficiente o mais rápido possível”.

Vindos da Europa, especialmente da Alemanha, Rússia, Polônia este grupo de judeus são denominados de ashkenazes e de fala iídiche, e um outro grupo originário da região mediterrânea como no norte da África, Península Ibérica e Oriente Médio, são denominados de sefaraditas e de fala Ladina.

Apesar da atração urbana, a colonização agrícola judaica na Argentina teve êxito e proporcionou o surgimento de um grupo que identificava como “Los gaúchos judíos”.

Segundo PÓVOA (2001), entre 1881 e 1882, a instituição A.I.U - *Alliance Israelite Universalle*, com a finalidade de apoiar as imigrações da Rússia e do Leste Europeu para a Argentina, encaminhou um relativo apoio e divulgando sobre a nova terra e as ações políticas para a permanência desse povo na sua nova “Terra” e criando raízes com o lugar.

Houve uma preocupação em criar comitês para o desenvolvimento e progresso dos israelitas em regiões que oferecessem oportunidades, sociais, religiosas e culturais. Assim como manteve um papel fundamental na orientação destes judeus na imigração organizada para Argentina e Estados Unidos, pois ambos eram no momento países que apresentavam um desenvolvimento considerável nas Américas

Segundo FALBEL (1984), em 1894 começaram a chegar os primeiros grupos da nova imigração que se organizou na Rússia, principalmente saído das aldeias e da zona rural, com certa experiência no trabalho da terra. Deste modo, neste mesmo ano, chegaram 286 pessoas que fundaram a Colônia Lucien-Ville, em Basavilbaso na província de Entre Rios. Com essas famílias se encontrava também um representante de um grupo de judeus oriundos da Lituânia e que deveria seguir logo depois à Argentina para se estabelecer em Moisés Ville. Seu nome era Noach Kaciovich e era a pessoa indicada, devido ao respeito que inspirava, para exercer uma posição de liderança no incremento à colonização de judeus vindos do seu lugar de origem.

Com essa finalidade, ele viajou inúmeras vezes para a Europa conseguindo trazer grupos colonizadores formados com um elemento humano de primeira qualidade para o trabalho agrícola estabelecendo-se na região próxima a Moisés Ville, que com vários colonos passa de 91 famílias em 1896 a 250 famílias em 1902. Neste meio tempo, foram fundadas colônias em outras regiões da Argentina, sob a orientação e ajuda direta da J.C.A . Até o ano de 1925, aproximadamente, a J.C.A continuará criando novas colônias, desenvolvendo paralelamente um trabalho social que permitirá estabelecer uma rede escolar para as crianças dos colonos, bibliotecas, sinagogas, clubes e organizações de juventude dando assim a possibilidade aos colonos de ter uma atividade cultural significativa na língua iídiche e em espanhol.

A agropecuária constituiu-se na principal atividade econômica das colônias, mas de início muitos exerciam, para poderem sobreviver, o trabalho remunerado como assalariado dos fazendeiros, seja em trabalho da terra ou como profissionais especializados em várias manufaturas.

As colônias agrícolas na Argentina, desde o início, tinham um planejamento de unidades agrícolas familiares que variavam de 30 até 100 hectares dependendo de sua localização, composição humana e tipo de cultura adotada. Porém o seu sucesso se deve, em primeiro lugar à adoção do cooperativismo que foi introduzido desde os primórdios da colonização judaica, a começar na Sociedade Agrícola Lucien-Ville em Basavilbaso, fundada, fundada em 1904 e La Mutua Agrícola, de Moisés Ville, fundada em 1908, e outras mais.

Em 1925 constituiu-se a Freaternidad Agraria, que reunia 23 cooperativas agrícolas existentes nas colônias judias argentinas e não é de surpreender que dez anos mais tarde em mais de 20 colônias da J.C.A se cultivava aproximadamente 650.000 hectares de terra, que representava cerca de 2% do total das terras cultivadas na Argentina.

Portanto a colonização agrícola judaica na Argentina conseguiu desse modo sobreviver, conseguiu deste modo sobreviver, apesar da atração que a vida urbana exercia e naturalmente levava muitos a abandonar o campo que sempre exigiu sacrifícios daqueles que se dispunham à colonização, como podemos constatar pela leitura do clássico de Alberto Gerchunoff, “Los gaúchos judios”.

Para PÓVOA (2001), a contribuição judaica à Argentina foi significativa, pois além de se manifestar na organização cooperativa ela introduziu cultivos que até então eram desconhecidos naquele país, tais como o girassol e a alfafa, que devido ao seu sucesso passaram a ser cultivadas em larga escala. Também as cooperativas introduziram a industrialização dos produtos agropecuários, tais a manteiga e outros derivados do leite, com o devido respaldo financeiro de instituições bancárias que se foram criando com o tempo, entre elas o Banco Comercial Israelita, cuja central se encontrava em Rosário.

2 – A imigração organizada para o Brasil

Segundo FALBEL (1984), a mesma J.C.A. , e também pelos mesmos motivos, iniciou uma colonização agrícola judaica no sul do Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul, em uma distância de tempo de 10 anos aproximadamente a da iniciada da Argentina. É preciso dizer que para o imigrante europeu daquela época, o Brasil era menos conhecido do que a Argentina e não despertava tanto interesse e tanta atração quanto aquele país. Por outro lado o governo brasileiro, ao contrário do argentino, não se dispôs a uma atividade propagandista para atrair o elemento judeus da Europa à colonização agrícola. Portanto, o projeto de colonização da J.C.A, no Rio Grande do Sul ficou em boa parte sob sua própria responsabilidade. Mesmo a comunidade judia local ou a brasileira não teve, a partir de 1904 quando chegaram as primeiras famílias, qualquer participação significativa ao projeto, a não ser os poucos privilégios concedidos pelo governo do Estado.

Algum registro da época afirma que a J.C.A adquiriu de início cerca de 5.767 hectares de terra em Pinhal, na região de Santa Maria, distante a 25 km daquela cidade. Da Argentina viria o representante da J.C.A, Dr. Eusébio Lapine, engenheiro, que desde 1903 prepararia as condições materiais para o recebimento das 38 famílias vindas da Bessarábia, pertencente à Rússia e que chegaram no ano seguinte à primeira colônia denominada Phillipson.

Os novos imigrantes recém chegados ao Brasil, apoiados pelo programa não estavam acostumados às difíceis condições geográficas das terras tropicais. Apesar da fertilidade do terreno, a grande e densas florestas constituíram um sério obstáculo na formação e desenvolvimento da colônia. A terra adquirida, de modo geral, não se prestava à agricultura.

Em 1856, morreu o Barão Hirsch deixando toda sua fortuna para os programas de expansão judaica na Argentina e no Brasil. Em 1901, a J.C.A começou a estudar a expansão para as outras localidades do Sul do Brasil analisar as condições do Estado do Rio Grande do Sul. Este foi o primeiro estado do território brasileiro a receber uma leva de imigrantes askenazes. Um fato relevante também para afixação destes judeus no estado do Rio Grande do Sul, e que o próprio Estado era tolerante com as diversidades religiosas (muitos foram perseguidos em seus países de origem pelo fato de praticarem o judaísmo).

O líder do Partido Republicano Rio-Grandense, Júlio de Castilhos, acreditava que a garantia de liberdade religiosa promovia uma imigração espontânea e necessária, em um Estado de base científica, no qual a religião não possuía nenhum papel político ou social relevante.

Para PÓVOA (2001), essa liberdade religiosa de fato atraía muitos imigrantes de diferentes regiões do mundo, onde a diversidade étnico-linguística e a diversidade cultural e religiosa eram toleradas do governo brasileiro que se beneficiava não só com os judeus, mas de povos que são singulares em sua etnia e religião.

Entre os anos de 1904 a 1924, a J.C.A formou uma outra colônia agrícola além da Phillipson, a colônia Quatro Irmãos. Esta concepção de que os judeus são voltados para as finanças foi desmistificada quando os próprios colonos aprimoraram os plantios e também se entrosaram com os povos do sul do continente americano.

Muitos comprometeram suas vidas com o Brasil, dedicando-se o máximo para se tornarem brasileiros, e nesta nação, construírem o seu futuro, sem abandonarem a identidade, e quem sabe, um dia retornar a “futura Israel”, para viverem seus últimos dias de vida.

A J.C.A chamou a atenção dos governantes brasileiros para a questão da imigração judaica, pela primeira vez desde a inquisição. Isso se deu por diversas razões. Primeiro, a associação gozava de apoio do diplomático governo britânico, comprometido em assegurar que a comunidade judaica russa que emigrava se fixasse em um Estado livre e “democrático”.

Quadro I

Imigração Judaica para o Brasil, por País de Origem – de 1923 a 1934

País	1923	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934
Polônia	802	1.009	1.095	1.290	2.765	1.168	753	931	1.920	1.746
Alemanha	0	0	0	0	0	0	0	0	363	835
Rússia	225	283	286	315	0	0	0	0	0	0
Lituânia	0	0	0	151	60	07	0	0	0	0
Romênia	220	283	571	43	58	0	135	0	210	292
*Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	824	921
Total	1.690	3.154	3.175	3.167	4.874	3.558	1.985	2.049	3.317	3.794

Fonte: LESSER, J. 1995: 64.

Nota da Fonte: As discrepâncias nos totais podem ser atribuídas as diferentes fontes.

*Refere-se aos judeus da Bulgária, Bélgica, Holanda, Iugoslávia, Ucrânia e Hungria.

De fato, era obrigação do governo brasileiro patrocinar toda e qualquer operação econômica e financeira que estes colonos fizessem, pois isso constava de acordo assinado entre o governo brasileiro e a J.C.A. Em troca, os investidores ingleses (judeus) investiam grandes “sifras” na economia brasileira, incentivando os outros judeus a compartilharem do mercado brasileiro no exterior.

A imigração judaica beneficiou-se com as favoráveis condições do pós Primeira – Guerra Mundial. Em primeiro lugar, melhorou em grande parte a situação econômica e social dos refugiados do período anterior à guerra, que escaparam da opressão anti-semita reinava nos Estados de Extrema Direita na Europa.

Segundo FALBEL (1984), afirma que os judeus espalharam-se pelo mundo por meios de programas de imigração e países com tradições que desconheciam a cultura judaica, adotaram-nos como filhos da terra. No ano de 1933, por exemplo, imigraram cerca de 94.000 para os Estados Unidos, 21.000 para a Argentina, 20.000 para o Brasil e 8.000 para a República Sul-Africana. O México, Canadá e Suíça concentraram uma população de 6.000 habitantes. Até a China recebeu refugiados que somaram cerca de 15.000 judeus russos – (J.C.A. – rapport, Paris, 1946, apud FABEL: 1984).

Após os primeiros anos de estadia, os imigrantes se desiludiram por falta da atenção dos governantes do Brasil, em específico o do Rio Grande do Sul, que não seguia a risco o trato feito com a J.C.A. A aspiração por uma vida mais confortável e o desejo de atingir uma melhor posição econômica levou os colonos agrícolas a desenvolverem um pequeno comércio nas vilas adjacentes e ou abandonarem as atividades campesinas, instalando-se em cidades próximas como Porto Alegre, e nas cidades de Santa Maria,, Uruguaiana, Erechim, Pelotas e Passo Fundo.

Para PÓVOA (2001), ao contrário das colônias instaladas na Argentina, os judeus no Brasil não tiveram a mesma sorte quanto aos investimentos aplicados e investidos, o que comprometeu o sucesso de permanecerem com as colônias. Na Argentina Moisés Ville ainda permanece judaica e produtiva.

Em Santa Maria – RS, se localizava a mais importante e principal colônia agrícola judaica promovida pela J.C.A no Brasil, para atender um maior volume de imigrantes judeus procedentes da Europa, Argentina e do Uruguai. A colônia Phillipson disponha de melhores e mais investimentos do setor agrícola no sul, tanto é que foi a primeira a plantar trigo e fumo em escala maior, comercializando com a cidade de Porto Alegre e com o Estado de São Paulo. Nesta cidade, a J.C.A adquiriu cerca de 5.767 hectares de terra, a uma distância de 25 km do próprio município sede – Santa Maria.

Já, no município de Passo Fundo, também no Rio Grande do Sul, a Colônia Quatro Irmãos, com uma extensão de 93.850 hectares, assim como a Phillipson, possuía os preparativos para a o recebimento dos novos imigrantes oriundos da Europa, e que iniciaram os trabalhos agrícolas com toda a infra-estrutura por volta de 1911.

Para PÓVOA (2001), quando os imigrantes chegaram da Bessarábia (a atual Moldávia), encontraram os lotes já divididos e as moradias construídas, alguns colonos vieram da Argentina para iniciar os trabalhos, e garantir que estes ficassem e compartilhassem da terra.

Em outras regiões, a J.C.A assumia as despesas de viagens e distribuía a cada colono cerca de 25 a 30 hectares de terra, além de uma moradia, galpão, instrumentos agrícolas, animais como: 2 juntas de bois, 2 vacas, 1 cavala e um auxílio monetário variável de acordo com o número de pessoas da família, durante o período em que não podiam ser auto-suficientes. Apesar do sucesso destas colônias que passaram a se modelos, elas não ficaram livres da bandidagem, que assolava o sul do Brasil, pois poderia o governo apoiar os imigrantes e descartar os nativos? Com isto, mudou-se para as s cidades próximas das áreas de colônias. Mesmo assim, a J.C.A persistiu com a imigração agrícola renovando projetos e formando novos núcleos,

Mas, em 1924, o Rabino Isaías Raffalovitch, da cidade do Rio De Janeiro, constatou que a colônia Phillipson estava convertida quase num asila de velhos apesar de os primeiros colonos já haverem liquidado seus débitos com a J.C.A e a terra ter-se constituído sua propriedade.

A colônia Quatro Irmãos, foi uma experiência mais bem sucedida; nessa área, os colonos já demonstraram tendência melhor de adaptação para uma vida social judaica. Porém, devido ao sistema tutelar burocrato-filantrópico da direção da J.C.A, impróprio para o desenvolvimento de empresa dessa natureza, e por falta de estímulo, os colonos de Quatro – Irmãos também começaram a emigrar para a cidade, antes de conseguirem formar uma camada de verdadeiros agricultores. As chácaras foram, em sua maioria, arrendadas a colonos não judeus, para cultivá-las. Em 1935, viviam, segundo os relatórios da J.C.A, 104 famílias israelitas nas colônias abrangendo 464 pessoas no meio de uma população não judaica de 419 famílias com 2,257 almas. Talvez algumas dezenas de famílias se arraigam no lugar, onde permanecem como testemunhas de uma malfadada empresa até os fins do século XX.

Segundo PÓVOA (2001), em 1925, também houve uma inserção da imigração de judeus da União Soviética para o interior de São Paulo, em Nova Odessa. Os cônsules em Riga, Danzig, Paris, Moscou Varsóvia e Galatz receberam ordens do ministro das relações exteriores para que fossem concedidos vistos aos possuidores de passaportes russos patrocinados pela J.C.A, a despeito de uma ordem especial para que fossem negados vistos para os russos.

No ano de 1935, a J.C.A, fez a aquisição de 2.000 hectares de terra em Rezende (150 km da cidade do Rio de Janeiro), com a finalidade de ali fundar uma terceira colônia no Brasil, com refugiados da Alemanha nazista. Nessa colônia, onde já existiam agricultores, em 1940 havia unicamente 12 famílias na área.

Os anos posteriores a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) são realmente considerados da nova coletividade judaica no Brasil, como a época de intensas atividades organizações em todo os setores.

Na cidade do Rio dec Janeiro, onde existiam desde os primeiros anos do século XX, aglomerações filantrópicas e congregações religiosas improvisadas, também se iniciou o progresso e o desenvolvimento da vida coletiva. Grande impulso para isto, sem dúvida foi a necessidade de se organizar comitês de auxílio em prol dos parentes e, em geral dos judeus vítimas da guerra do além-mar. Após algumas coletas esporádicas, em fevereiro de 1916, foi fundado um escritório central de socorro às vítimas da guerra, no qual estavam representadas as diversas sociedades judaicas então existentes no Rio de janeiro. A pedido do comitê central, foram organizados em São Paulo e outras localidades menores do Brasil,

comitês semelhantes que remetiam as contribuições ao Rio de Janeiro. Nesta cidade também se fundou a Sociedade Israelita Brasileira – 1920, a primeira instituição importante no Brasil para o amparo aos imigrantes, a qual não só recebia os novos imigrantes e cuidava de sua instalação e vida econômica, mas os protegia, especialmente as mulheres e moças, para não caírem nas mãos dos *tmein* (iníquos), os mercadores do mercado que buscavam suas vítimas entre os desprotegidos recém-imigardos.

Segundo PÓVOA (2001), em 1916, se encontravam funcionando, no Rio de Janeiro, a primeira instituição cultural, a Biblioteca *Scholem Aleichem* e a organização sionista *Tiferet Sion*. Uma lista geral das instituições que existiam naquele tempo no Rio de Janeiro encontra-se ao final da entusiástica missiva que os judeus brasileiros entregaram ao Ministro Britânico no Brasil, em novembro de 1917, após terem recebido telegrama de Socolov e Weitzman sobre a histórica Declaração *Balfour* (favorável ao Sionismo). Além dos nomes de representantes de vários estados do Brasil, encontraram-se ali igualmente as assinaturas em nome das seguintes instituições da então Capital Federal: *Tiferet Sion*, Comitê de Organização do Primeiro Encontro Judaico no Brasil, Caixa de Empréstimos, Comitê em Prol das Vítimas da Guerra, *Bêit Yaakov*, *Mahzikei Hadas*, Biblioteca *Scholem Aleichem*, *Adas Israel*, *Ezras Israel* e Sociedade dos Israelitas Sírios.

Também em São Paulo, a primeira cidade em importância do Brasil, começa-se a notar movimentação social. Os artesões entre os imigrantes da leva de após-guerra, em sua maioria, encaminharam-se para essa cidade, onde já se notava grande potencial industrial.

PÓVOA (2001), cita que muitos dentre eles realmente se tornaram, de pois prósperos fabricantes nos ramos têxteis, confecções, móveis e outros. A maior parte, porém se dedicou ao comércio ambulante e, com isso, uniformizou-se quase a variada composição profissional dos imigrantes. Com exceção de um pequeno número, que continuou no artesanato ou progrediu, instalando suas pequenas fábricas, o comércio se tornou a ocupação habitual do imigrante judeu. Paralelamente ao desenvolvimento comercial e industrial, também progredida a vida das instituições sociais, com variadas finalidades; a coletividade judaica, apesar de ser numericamente menor do eu a do Rio de Janeiro, era melhor organizada em São Paulo.

Em 1917, encontrava-se funcionando em São Paulo uma Comunidade Israelita (fundada em 1912), uma Sociedade Beneficente Feminina, com 120 associados (fundada em 1915), uma instituição Beneficente Ezra (fundada em 1915), uma Biblioteca Judaica, um centro Sionista “*Ahavas Sion*”, um grupo Filo-dramático, que representou várias peças teatrais, e um Comitê de Auxílio às Vítimas da Guerra, composto em 1916, de representantes de todas as instituições acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 1916, foi lançada a pedra fundamental, em São Paulo, pela primeira vez no Brasil, de um importante Templo. Segundo FALBEL (1984) e LESSER (1995), a pequena casa de preces que, aliás, já funcionava em prédio próprio, e as várias congregações religiosas improvisadas, não mais comportavam, o grande número de fies. A cerimônia do lançamento da pedra fundamental vieram vários convidados e, de acordo com as reportagens da imprensa da época, houve um discurso de saudação inclusive de um orador não-judeu (*goy*).

Mesmo nas cidades vizinhas à São Paulo (Santos, Campinas, Franca e Ribeirão Preto), também surgiram iniciativas para a organização de instituições sociais embora em menor escala.

Segundo PÓVOA (2001), entre os anos de 1920 e 1930, quando a leva imigratória aumentou consideravelmente no país e possibilitou a que novas comunidades se formassem em várias cidades do Brasil. Chegaram aqui judeus de todas as categorias sociais e filiações partidárias. E devido a essas correntes multicores, a vida social judaica, no Brasil, começou a se evidenciar com os matizes características das terras de origem. Novas sedes são erigidas para sinagogas, instituições educacionais e de assistência social, bibliotecas, clubes juvenis, jornais e publicações periódicas são instituídos para enriquecer o patrimônio espiritual da coletividade a cristalizar a opinião, a coletividade judaica ainda não chegava a formar uma base firme para uma existência auto-suficiente, que trouxesse consigo novas forças destinadas a fornecer a vida social do judaísmo brasileiro. A situação política vigente, porém, não o permitiu e o processo de desenvolvimento entrou numa fase de quase estagnação.

De acordo com PÓVOA (2001), em 18 de Abril de 1938, foi baixado o decreto-lei número 383, que proibiu aos estrangeiros qualquer atividade política, sob pena de deportação, e em 18 de junho de 1939 baixou o Ministério da Justiça a portaria 2.277; exigindo entre outros que os jornais e publicações em língua estrangeiras publicassem, ao lado de cada artigo, a respectiva tradução no vernáculo. Por motivos de ordem técnica, essa exigência só foi parcialmente cumprida pelos jornais israelitas. Mais tarde em 1941, ficou totalmente interdita a publicação em língua estrangeira e os dois diários em iídiche, que então existiam no país, foram fechados para nunca mais reabrirem.

Embora as discriminações afetassem todas as minorias étnicas, a vida social judaica, foi reduzida a simples atividades religiosas e beneficentes, as únicas então permitidas por lei. E nesse período, quando a imprensa israelita se viu amordaçada, foram igualmente proibidas as atividades da Organização Sionista, a mais dinâmica e, ideologicamente, a mais representativa entidade da coletividade judaica. A vida social israelita ficou, conseqüentemente, reduzida à sua expressão mais simples.

Menos atingidos em sua vida social foram os judeus alemães. Tendo começado a fluir no Brasil, em grande número de 1933 em diante, não se misturaram organizacionalmente com seus irmãos provenientes da Europa Oriental, mas organizaram sua própria existência social em bases filantrópicas-religiosas. E essa forma de atividade não estava incluída na proibição legal.

Segundo PÓVOA (2001), de modo geral, porém, o ímpeto e o progresso da vida judaica foram repentinamente interrompidos e a coletividade israelita ficou espiritualmente inerte até 1945, véspera da nova constituição de 1946, quando novas tendências democráticas se manifestaram no país. As leis rígidas foram, então, abrandadas e a vida judaica começou a pulsar novamente no Brasil.

Em 1945, a organização sionista do Brasil renovou as suas atividades em todo o país. Também os grupos não sionistas, que se dedicavam esporadicamente a atividades culturais, foram reanimados. O advento do Estado de Israel, em 1948, com todos os acontecimentos trágicos e jubilosos inerentes ao mesmo, despertou grande entusiasmo na coletividade, e numerosos círculos afastados aproximaram-se da atividade social em prol de *Medinat-Israel*. Em 12 de abril de 1951, o Diário Oficial publicou o decreto governamental que autorizava a instalação de uma Legação Brasileira em Tel Aviv e, em 8 de abril de 1952, o primeiro representante diplomático de Israel e agente deste governo, apresentou suas credenciais ao Presidente Getúlio Vargas. Com isso, foram estabelecidas, de modo revigoradas pelo menos psicologicamente, a posição da coletividade judaica no Brasil.

A verdade, porém, é que a grande reanimação na vida comunal dos israelitas no país, por motivo do advento do Estado de Israel, trouxe frutos maduros quase exclusivamente para o ideal sionista. À vida local só indiretamente, e assim mesmo em grau mínimo.

2.1 – Um recorte da J.C.A – A Colônia de Quatros Irmãos

Ao pesquisar no Arquivo Público de Porto Alegre, o historiador Nicanor Letti, descobriu o material sobre imigração judaica, deparando-se com um documento original de julho de 1925, no qual os Drs. David Levi, Jacob Massis e Elie Saltie, representantes da J.C.A, surgiram e ofereceram sua colaboração ao Dr. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, para construção de um ramal de rodoviário de Quatro Irmãos a Nonoai, proposta que não foi aceita pelo então dirigente do Estado.

Neste documento, consta o seguinte:

- Na Argentina, a J.C.A instalaram doze colônias alcançaram grande prosperidade. Além da agricultura, indústria e laticínios, usinas elétricas, o comércio de gêneros alimentício e de gado constituiu sua maior fonte de

riqueza. Foram, também criadas cooperativas como Fundo Comunal, Sociedade Cooperativa Israelita, Mútuo Agrícola e outras, que foram consideradas pelo governo argentino como “modelos de socialismo comercial”;

- Nos Estados Unidos, a J.C.A criou obras de educação profissional agrícola e mecânica, um centro colonizador; o J.A.S – *Jewish Agricultural Society* e um departamento para instalação de colonos vindos da Europa;
- No Canadá, instalou quatorze colônias, escolas, bibliotecas, sinagogas e um departamento de imigração;
- Na Ilha do Chipre, foram instaladas duas comunidades agrícolas;
- Na Turquia, foram estabelecidas três colônias e escolas profissionais ao redor de Constantinopla;
- Na Palestina, em colaboração com o Barão Edmond de Rochild, a J.C.A instalou dezoito colônias, escolas agrícolas e profissionais algumas industriais e uma cooperativa de vinhos, com uma adega de renome mundial, “Karmel”;
- Na Polônia, além das colônias agrícolas, foram estabelecidas escolas de artes e inícios para o ensino profissional;
- Na Letônia, escolas profissionais em Riga, Dwinsk e Libau.
- Na Rússia, mesmo depois da Revolução, o governo soviético autorizou o funcionamento das doze escolas profissionais, das cooperativas e das setenta e nove caixas de empréstimos para os agricultores instalados pela J.C.A. Desta forma, ficou reconhecido que a obra de entidade era de caráter “filantrópica e colonizadora, sem finalidade comercial”.
- Na Romênia, além das colônias agrícolas, a J.C.A criaram escolas profissionais, visando proteger os pequenos órfãos de guerra.

Referindo-se ao Brasil, ou seja, ao Rio Grande do Sul, consta em documento que o primeiro núcleo de colonização judaica em Phillipson, foi estabelecido no ano de 1903. Seis anos depois a J.C.A adquiria a fazenda de Quatro Irmãos, no município de Passo fundo, com área superior a noventa e três mil hectares.

Em 1911, instalaram-se as primeiras trinta e duas famílias que vieram da Bessarábia. No referido documento, é ressaltada a dificuldade de adaptação dos colonos vindos da Europa.

A J.C.A. estabeleceu diversas serrarias mecânicas, criaram atafonas (moinhos manuais e naturais), constituiu uma estrada de rodagem partindo de Erebangó em direção a Nonoai. Com cerca de cinquenta quilômetros de extensão, e, autorizada pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, lançou um ramal ferroviário de Erebangó a Quatro Irmãos, numa extensão de dezoito quilômetros.

Para PÓVOA (2001), a entidade adquiriu uma locomotiva e vinte vagões que de imediato, pôs em tráfego, de comum acordo com a viação Férrea do Rio Grande do Sul, o transporte dos produtos agrícolas e industriais da colônia e arredores para outras localidades do estado. A entidade permitiu o arrendamento aos naturais da região, para grandes pastagens de gado.

A J.C.A colocou à venda, em condições favoráveis, quinhentos lotes que foram adquiridos por colonos alemães e italianos.

Em 1986, o único sobrevivente da Colônia Quatro Irmãos, o senhor Jacob Agraniok, que chegou na colônia em 1913, descreveu ao escritor e pesquisador Moysés Eizirik, a vida na colônia: na Rússia, trabalhava com seu pai em plantação agrícola, embora fosse proibido por lei, pois os judeus não podiam possuir nem alugar terras. Por este motivo se dedicavam ao comércio, comprando e vendendo produtos agrícolas nas feiras. Quando o governo brasileiro ofereceu 50 hectares de terra para quem quisesse emigrar para o Brasil, seu pai dirigiu-se ao Consulado brasileiro e fez sua inscrição, para realizar o sonho de plantar em sua própria terra.

Foram fornecidas quatro passagens a vapor: (o pai, a mãe e os dois filhos). Vieram diretamente para o Rio Grande do Sul, sob a orientação da J.C.A, que desenvolvia um plano de colonização da Quatro Irmãos, onde a família foi morar, pois queria juntar-se aos outros judeus russos,

Além da agricultura, a família do Sr, Agraniok passou a se dedicar à pecuária. Segundo PÓVOA, em 1922, foi o único colono a ganhar um prêmio em Erechim, cidade próxima a colônia, expondo valiosos gados de raça. Sempre premiado com seus touros charoleses e cavalos, tomava no negócio de gado e cavalos na colônia.

Durante a revolução de 1932, quando chimangos (membros do Partido Republicano) e marengos (membros da Aliança Libertadora) combateram no estado, várias colônias foram saqueadas. A J.C.A solicitou a proteção do Governo Federal que enviou tropas do exército para proteger os colonos e manter a ordem.

O Sr. Agraniok, segundo Eirizik, foi fornecedor de cargas para as tropas federais da região. Nos anos 80, mudou-se para Erechim, por motivos de doença.

Segundo PÓVOA (2001), viviam cerca de 60 famílias judias em Erechim até 1986; continuam se dedicando a agricultura, plantando trigo, soja, cevada e outros grãos. Utilizam modernas técnicas, como mecanização da lavoura, emprego de adubos, sementes selecionadas, herbicidas, etc.

A J.C.A foi um sucesso, pois conseguiu tirar milhares de vidas dos *progoms* (aos ataques enfurecidos de escravos contra os judeus, do qual resultavam saques, incêndios, agressões e mortes) da Rússia e Polônia, dando-lhes uma chance de recomeçar uma nova vida no Rio Grande do Sul, neste imenso país chamado Brasil onde poderiam viver livres como cidadãos.

Considerações finais

A imigração judaica da Europa Centro-Oriental para a Argentina e para o Brasil no final do século XIX e início do século XX, iniciou um novo tempo tanto para quem estava chegando quanto para quem estava recebendo. As adaptações à nova paisagem, as inusitadas singularidades geográficas, a construção do novo, do território e do lugar, a aceitação das diferentes culturas, da religiosa à lingüística, fez desses imigrantes, prósperos trabalhadores, pois para eles havia uma enorme necessidade de instalar no lugar, de comunicar-se e de florescer na economia e garantir o seu espaço conquistado, assim como a sua sobrevivência.

A organização judaica – Inglesa, fundada pelo Barão Hirsch, a *Jewish Colonization Association* – (J.C.A), se encarregaria pela imigração desses judeus alocando-os nas Colônias agrícolas construídas no interior da Argentina e do Brasil..

Com o relativo sucesso das implantações das colônias em território argentino e brasileiro, os imigrantes judeus mostraram um incremento econômico das possessões e prosperidade entre os seus membros, pois implantaram culturas agrícolas até então não conhecidas nestes países como a cultura do tabaco.

Deste modo, os estabelecimentos judaicos implementados, transformaram a Argentina e o Brasil em terras mais atraentes para a imigração judaica.

Com a melhora financeira e a necessidade de expansão dos negócios, os judeus migraram para as cidades que se encontravam mais próximas das áreas que produziam e trabalhavam, assim não perdiam o acordo com a terra que os sustentavam. Esse fato ocorreu paulatinamente tanto nos dois territórios imigrados. Com o passar dos anos, foram migrando para outras localidades, até chegarem aos volumosos centros urbanos da Argentina e do Brasil.

A mobilidade para as grandes cidades e a necessidade de ocuparem-se de um espaço, que fosse determinado e que pudesse ali caracterizar a sua identidade, assim como transformá-lo no “seu lugar”, foi de relevante importância para a sobrevivência da comunidade e de certa forma garantir a continuidade da colônia.

Essa integração entre o judeu e a comunidade adotiva ocorreu sem muitos obstáculos e é interessante notar que, enquanto o judeu procurava se integrar ao seu novo mundo constituía obras tanto institucionais quanto privadas e algumas beneficentes como colaboração para a sociedade que o acolheu.

As gerações destes imigrantes agrícolas, a segunda, a terceira e a quarta, agora se fixam em diversos distritos das cidades mais importantes da Argentina e do Brasil, a exemplo dos bairros do Bom Retiro, Santa Cecília e Higienópolis em São Paulo e o “Once” no bairro de Balbanera em Buenos Aires.

O valor dos judeus para a sociedade que o acolheu é algo de suma importância, pois os descendentes desses imigrantes atuam em áreas de elevada tecnologia e conhecimento tanto na Argentina quanto no Brasil e desmistificando o mito de que todo israelita é comerciante e mascate. O judeu desempenha o papel de cidadão argentino ou brasileiro, porém preserva a sua identidade.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, C. R. *Identidade & etnia: Construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo, Brasiliense, 1986, 110 p.
- CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do Mundo*. São Paulo. HUCITEC. 1996. 149 p.
- CARNEIRO, M.L.T. *O anti-semitismo na Era Vargas – Fantasmas de uma geração.- 1930 a 1945*. São Paulo, Brasiliense, 1988. 590 p.
- CARVALHO, F. M. *Raízes judaicas no Brasil – O arquivo secreto da inquisição*. São Paulo. Nova Arcádia, 1992. 65 p.
- CLAVAL, P. *A Geografia Cultural*. Florianópolis. EDUFSC. 1999, 453 p.
- CORDEIRO, H. D. *O que é judaísmo?* São Paulo, Brasiliense, 1998. 311p. (coleção Primeiros Passos)
- CORREA NETO, F. *Os judeus: raça ou religião?* Rio de Janeiro, Imago, 1987, 167 p.
- EIZIRIK, M. *Imigrantes judeus: Relatos, crônicas e perfis*. Caxias do Sul – Editora da Universidade de Caxias do Sul. 1986, 136 p.
- _____, *Aspectos da vida judaica no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul, Editora Universidade Caxias do Sul, 1985, 184 p.
- FALBEL, N. *Estudos sobre a comunidade judaica no Brasil*. São Paulo, Federação Israelita do Estado de São Paulo. 1984. 197 p.
- GEIGER, P. P. *O povo judeu e o espaço*. Revista Território – Rio de Janeiro, n.5, p. 85-104, jul/ dez. 1998.
- KUCINSKI, M. *Imigrantes, Mascates & Doutores*. Cotia, Ateliê Cultural; 2002; 254 p.
- LESSER, J. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro, Imago, 1995. 371 p.

POLIAKOV, L. *Do anti-sionismo ao anti-semitismo*. São Paulo. Editora Perspectiva. 2000. 110 p.

PÓVOA, C. A. *Os judeus em Uberlândia e Uberaba: uma contribuição à Geografia Cultural*. Uberlândia – Instituto de Geografia / Universidade Federal de Uberlândia – IGUFU. 2001; 182 p. (Dissertação de mestrado em Geografia Humana) - Orientadora: Profa. Dra. Vânia R.F. Vlach.

_____, *Estudo de uma minoria na ex-URSS: o caso dos judeus na Ucrânia*. Belo Horizonte – Instituto de Geociências – IGC – Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; 1992 75 p. (Monografia - Geografia) – Orientador: Prof. Dr. Oswaldo Bueno Amorim Filho.

SANTOS, M. *Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. São Paulo, HUCITEC, 1996; 124 p.

SEREBRENICK, S. & LIPNER, E. *Breve história dos judeus no Brasil*. São Paulo, Biblos. 1990, 151 p.

VELTMAN, H. *A história dos judeus em São Paulo*. São Paulo. Editora Expressão e Cultura. 1996, 142 p.

SZTOMPKA, P. A. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998. 540 p.